

ESTRÁTEGIAS DE INTERSETORIALIDADE UTILIZADAS NO PERÍODO DO GOVERNO EDUARDO CAMPOS 2007-2013 NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Marcia Aurelia Nazário – FACOL-marcianazario21@yahoo.com.br

1.INTRODUÇÃO

Este estudo tem origem em diversos fatores entrelaçados entre si: constatamos em nosso cotidiano profissional e pessoal a importância e a responsabilidade da educação em relação ao desenvolvimento socioeconômico de nosso país

Pensando nas formas de colaboração existentes, focalizaremos nesse estudo a estratégia de intersectorialidade que se firma como uma articulação entre os saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações.

A intersectorialidade está aludida no arcabouço da política de EJA pelo Estado de Pernambuco; é algo que vem emanado nos referentes e documentos oficiais que legitimam os programas e projetos (Projovem Urbano, Projovem Trabalhador, Travessia, Chapéu de Palha, Mãe Coruja, Paulo Freire Pernambuco Escolarizado) sendo de sua formulação ou apenas executado frente ao viés da colaboração. Esses programas e projetos são desenvolvidos por diversos setores que articulados entre si pretendem dessa forma serem mais abrangentes para o público da EJA. No entanto, é necessário investigar de que forma essa intersectorialidade está sendo concebida com um mecanismo que consegue responder às problemáticas dos sujeitos da EJA.

O período escolhido para a análise diz respeito ao tempo de gestão de Eduardo Campos, 2007 a 2013, período que teve uma materialização mais forte dessa concepção intersectorial que descentralizou ações que antes eram apenas da secretaria de educação, para outras secretarias que versassem sobre a temática (Secretaria de Juventude; Agricultura; Secretaria da Mulher entre outras) discutida no programa, o que dá indícios de uma tentativa que quebra a lógica de setor (que fragmenta e compartimenta) para uma lógica intersectorial (que agrega e dialoga). O objetivo do estudo foi analisar as

estratégias de intersetorialidade utilizadas no campo desta gestão pensando as estratégias de intersetorialidade utilizadas na política de educação de jovens e adultos.

2. A INTERSETORIALIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITUAÇÕES

A Carta Magna de 1988 impulsiona um reordenamento das relações socioinstitucionais na gestão das políticas públicas, fazendo-se necessário que, por parte da gestão das políticas públicas e os setores que as programam, se redimensionem a organização de suas ações estratégicas.

Essas presunções começam a ganhar corpo a partir de modelos flexíveis e participativos nas decisões e ações de diversas políticas públicas, mecanismos que vão redefinindo o aparelho estatal, não na sua perspectiva mínima, ao contrário, o tornando mais eficaz, bem como instalando novas formas de relação com a sociedade.

No entanto, essas relações são comprometidas, quando ainda se utilizam formas tradicionais de conceber e operacionalizar a intervenção no campo das políticas públicas que provocam a desarticulação interinstitucional e a ausência da integralidade no atendimento no campo das políticas públicas.

A intersetorialidade passa a ser cada vez mais debatida no que tange à gestão das políticas públicas. No entanto, falta clareza sobre questões como a definição e a aplicação, havendo poucos estudos empíricos na área da intersetorialidade. Estudos na área da saúde e do serviço social são os mais frequentes nesse contexto.

A intersetorialidade vem nessa nova demanda que pressupõe novos arranjos e novas articulações para o enfrentamento dessas problemáticas.

Para Junqueira (1999, p. 27),

A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais, a gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade se esgota no âmbito de uma única política social.

A perspectiva de intersetorialidade apresentada pelo autor acima considera a instauração de um processo de aprendizagem e de determinação dos sujeitos, que passa

a articular saberes e experiências no âmbito do planejamento, da execução e da avaliação das ações. Compreendemos como um mecanismo que necessita de uma visão integrada dos diversos setores, compartilhamento de ações, metas e objetivos por diversos segmentos, saindo da perspectiva de “setor” que comungava de apenas uma área específica para “intersectorialidade” no sentido mais amplo de inter-relação, visto para além da mera justaposição ou sobreposição. Já essa intersectorialidade demanda uma relação recíproca dos diversos segmentos seguida de uma interação mútua.

A intersectorialidade é um processo que envolve a articulação de diversos setores sociais possibilitando o melhor percurso para a ação. Assim, ela deve ser representada com um espaço de compartilhamento de aprendizagem e de poder, sendo ela pertinente por conduzir as políticas em uma nova lógica, ancorada numa visão de que as políticas sociais estão cada vez mais complexas, demandando para além da setorialização, múltiplos olhares e experiências.

Para Nascimento (2010, p. 26),

A intersectorialidade das políticas públicas passou a ser uma dimensão valorizada à medida que não se observou a eficiência, a efetividade e eficácia esperada na implementação das políticas sociais, primordialmente no que se refere ao atendimento das demandas da população e aos recursos disponibilizados para a execução das mesmas.

Alia-se nesta compreensão a incorporação de saberes articulados, saberes técnicos, necessários para agregar especialistas das diversas áreas, a fim de suprir as demandas das agendas coletivas e dos objetivos em comum. Talvez, o desafio seja a superação das problemáticas, utilizar a intersectorialidade sem que com ela ocorra a fragmentação.

Essa é uma das formas compreendidas no que tange ao arcabouço da intersectorialidade, visando tornar um diálogo mais assíduo com diversos atores e setores promotores das políticas públicas. Temos a compreensão que coisas separadas ou isoladas não conseguem dar conta de promover qualidade de vida, de fomentar o desenvolvimento, de superar a exclusão social.

Concordamos com Junqueira (2004, p. 267) quando elabora a seguinte concepção de intersectorialidade:

Constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar as prestações de serviços de forma a garantir um acesso

igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e de seus interesses.

Essa concepção tolhe as velhas preocupações do aparelho governamental que atrelava seus produtos de forma isolada. A perspectiva supracitada indica uma intersetorialidade para além da justaposição de setores que executam as políticas, os projetos, os programas.

Neste caso, a intersetorialidade ganha força quando os saberes técnicos, pedagógicos e de outras ordens começam a extrapolar as suas pastas de origem e começam a integrar uma política dialogada, reflexiva e inclusiva, articulada à realidade/necessidade da população.

3. CONCLUSÕES

Ao analisar alguns documentos referentes a programas e projetos de EJA no Estado de Pernambuco (Projovem Urbano, Projovem Trabalhador, Travessia, Chapéu de Palha, Mãe Coruja, Paulo Freire Pernambuco Escolarizado), foi possível compreender que as ações intersetoriais enveredam apenas pelo lado da junção de secretarias na oferta de alguns programas e projetos, a exemplo, podemos citar programas como o Chapéu de Palha que instituído no âmbito estadual é viabilizado por doze secretarias, entre elas a secretaria de agricultura e a de educação, uma vez que trabalha com o estudante/agricultor.

Compreendemos que a ideia de ter uma política intersetorial é bastante salutar, uma vez que os setores que são responsáveis em promover as diversas políticas a serem implementadas não podem trabalhar de forma isolada, a nosso ver, não conseguem dar conta da “complexidade” da diversidade impressa nos diversos lócus de implementação das políticas públicas. O que precisa ser amadurecido é as formas colaborativas que são empregadas nessas políticas, o que de fato legitima um regime recíproco que consegue de fato da conta das especificidades dos sujeitos que estão dentro da modalidade como um todo.

REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

JUNQUEIRA, Luciano A. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégia de gestão da cidade. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.01, 57-72, nov. 1999.

_____. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13 , n.01, p. 25-36, jan/abr. 2004

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social**, São Paulo, n.101, p.95-120, jan/mar. 2010.

